



INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 01, DE DE MARÇO DE 2004.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 02 / 03 / 2004

Acrescenta alínea ao Inciso VI do art. 5º da Lei n.º 4.548 de 29 de dezembro de 1992; que dispõe sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Inciso VI do art. 5º da Lei n.º 4.548, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 5º -

VI -

c) como moto táxi, no transporte de passageiros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina. PI, 02 de março de 2004.

Órgão	AL.
Número	557/04
Data	03-03-04
Assunto	Ref.
Matrícula	
Rubrica	J. Leão
Assinatura	

Maria José Leão
MARIA JOSÉ LEÃO
Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a

Dr. Francisco Jesus Vieira
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/PI

Nos termos do art. 114 e seguintes do Regimento Interno submetemos à apreciação deste Egrégio Plenário Indicativo de Projeto de Lei que indica ao Poder Executivo alteração da Lei 4.548, de 29 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o imposto de propriedade de veículos automotores – IPVA.

A presente proposição tem como objetivo acrescentar alínea ao Inciso VI do art. 5º da retromencionada lei com vistas a beneficiar os MOTOTAXISTAS cujos os veículos pertencem a profissionais autônomos, registrados ou licenciados na categoria de aluguel, para ser utilizado no transporte de passageiros.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
GABINETE DA DEPUTADA MARIA JOSÉ LEÃO

2

03

Conforme dispõe o artigo 166 § 5º da Constituição Estadual, qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributaria só poderá ser concedida através de lei específica estadual ou municipal.

Nada mais justo Senhor Presidente senhores Deputados a aprovação do presente indicativo para que venha a beneficiar milhares de contribuintes e pais de família que dependem do uso do moto táxi como sua única fonte de renda.

M. J. Leão



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

DIRETORIA LEGISLATIVA

JUNTA DA

Publicação de matéria

de 02 leis.

Em 03/03/04

Lidiane M. Monte M. Lima
Chefe Setor de Publicação

RUBRICA <i>Leis</i>	FLS Nº <u>04</u>
ANEXOS	NÚMERO <u>557/04</u>

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se a Viceoria Legislativa

Em 10/03/2004

Galvão
Conceição de Maria Leite Galvão
Chefe do Núcleo Redação de

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Delegação de atos

Francisco Jesus Vieira
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a

Francisco Jesus Vieira
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Sec. Geral da Mesa

Francisco Jesus Vieira
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se a Viceoria Legislativa

Em 20/04/2004

Galvão
Conceição de Maria Leite Galvão
Chefe do Núcleo Redação de

PROVIDENCIADO

Em 23/04/04

P/P Américo
Chefe da Seção de Autógrafos

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Autógrafos

Francisco Jesus Vieira
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Sec. Geral da Mesa

Francisco Jesus Vieira
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI



Assembleia Legislativa

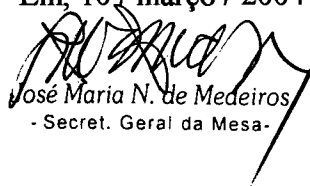
FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO

À Redação de Atas,

Com vistas ao cumprimento do disposto no art. 116, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, de vez que a proposição de que trata o presente processo atende às exigências do art. 115 do mesmo Regimento.

Em, 10 / março / 2004


José Maria N. de Medeiros
- Secret. Geral da Mesa -



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
para os devidos fins.
Em 15 / 03 / 04
Elvages
Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Flávio
Doque
para relatar.
Em 15 / 03 / 04
[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado FLÁVIO NOGUEIRA

No dia 02 de março de 2004 foi apresentado pela digníssima colega Deputada Maria José Leão um indicativo de Projeto-de-lei, que sugere ao chefe do poder executivo estadual a acrescentar alínea ao inciso IV do art. 5º da Lei 4548/92 que dispõe sobre propriedade de veículos automotores-IPVA.

A nobre colega sugere que o veículo utilizado como moto-taxi no transporte de passageiros, seja isento da contribuição do imposto sobredito (IPVA). Ocorre estimados pares que apesar de ser uma sugestão de grande valia, não nos parece constitucionalmente positivo, pois fere de forma explícita o princípio da isonomia onde a nossa Constituição Federal assegura que todos são iguais perante a Lei, além do que, tal profissão não foi sequer regulamentada.

Não obstante o fato de que se tornaria inviável devido a condição econômica-financeira delicada que se encontra nosso Estado. Diminuir receita seria um absurdo.

É por esse entendimento que este Deputado, como membro da Comissão de Constituição e Justiça se declara contrário a este indicativo.

Sala das Sessões, 24 de março de 2004

Flávio Nogueira
FLÁVIO NOGUEIRA

Deputado Estadual

Concedido vista 23 p.
do Dep. *Leonel Júnior*
Em, 30/03/04
[Assinatura]
Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça

APROVADO POR MAIORIA
em, 06/04/04
Presidente da Comissão de
Justiça



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
p.ra os devidos fins.

Em 06/04/04

[Assinatura]

Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Local
[Assinatura]
para relatar.

Em 06/04/04

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
GAB. DEP. LEAL JÚNIOR**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 01 DE 2004**

ASSUNTO: Trata-se do exame acerca da possibilidade de remessa a esta Comissão do presente indicativo de projeto de lei

RELATOR: DEP. LEAL JÚNIOR

I - RELATÓRIO

Trata-se de indicativo de projeto de Lei da Dep. Maria José Leão, na qual esta nobre parlamentar acrescenta o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 4.548 de 1992.

Fora encaminhado o presente indicativo de projeto de lei para a minha relatoria, no sentido de averiguar a constitucionalidade e a legalidade da remessa do mesmo à presente comissão.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Quando se trata de indicativo de projeto de lei, o parágrafo único, do art. 116 do Regimento Interno deste parlamento é bastante claro, *litteris*:

"Art. 116 -

3/

Parágrafo Único – No caso de o Presidente entender que determinada indicação não deva ser recebida, comunicará o fato ao autor que poderá solicitar o envio da proposição às comissões.”


Pode-se vê no presente caso que o Presidente desta casa, após a publicação, enviou o presente projeto a esta comissão.

Percebe-se ainda, no que se refere à Competência da Comissão de Constituição de Justiça, art. 34, I, c, que lhe é pertinente, o exame de assuntos de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido pelo Presidente da Assembléia.

Assim, não resta dúvidas acerca da possibilidade de exame, pela Comissão de Constituição de Justiça, de quaisquer atos ou assuntos jurídicos nesta casa.

Ademais, tal procedimento, na tentativa de salvaguardar a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa dos atos da Assembléia Legislativa do Estado, tem sido praxe, de nada trazendo prejuízo ao andamento dos mesmos.

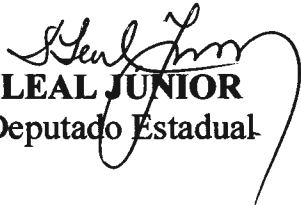
DO EXPOSTO, com fulcro nos arts. 30, 34, I, alínea “a e c” e 116, parágrafo único do Regimento Interno, **opino no sentido da constitucionalidade e legalidade do exame por esta comissão, dos projetos de indicativo de lei apresentados pelos parlamentares desta casa, em especial do presente.**

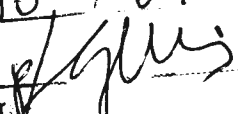


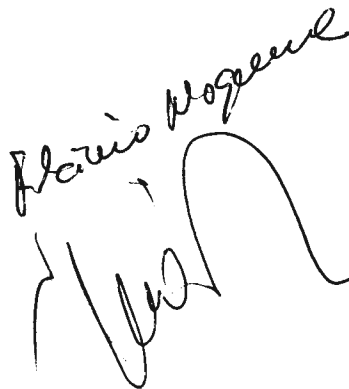
AL- 557/04

3

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO PIAUÍ, 07 DE ABRIL DE 2004**


LEAL JUNIOR
Deputado Estadual

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 13, 104 04
Pr. 
justica


Flávio Rogério



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 01, DE 23 DE MARÇO DE 2004.

Acréscenta alínea ao Inciso VI do art. 5º da Lei n.º 4.548 de 29 de dezembro de 1992; que dispõe sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Inciso VI do art. 5º da Lei n.º 4.548, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 5º -
VI -
c) como moto táxi, no transporte de passageiros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina. PI 29 de março de 2004.


Dep. **KLÉBER EULÁLIO**
Presidente


Dep. **RONCALLI PAULO**
1º Secretário


Dep. **JOÃO DE DEUS**
3º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 01, DE 23 DE MARÇO DE 2004.

Acrésceta alínea ao Inciso VI do art. 5º da Lei n.º 4.548 de 29 de dezembro de 1992; que dispõe sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

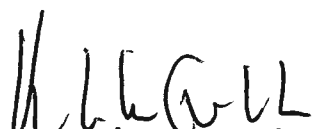
FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Inciso VI do art. 5º da Lei n.º 4.548, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 5º -
VI -
c) como moto táxi, no transporte de passageiros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina. PI 29 de março de 2004.


Dep. **KLÉBER EULÁLIO**
Presidente


Dep. **RONCALLI PAULO**
1º Secretário


Dep. **JOÃO DE DEUS**
3º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 094

Teresina(PI), 23 de abril de 2004.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Indicativo de Projeto de Lei nº 01, de 23 de março de 2004, de autoria da Deputada *Maria José Leão* que:

“Acrescenta alínea ao Inciso VI do art. 5º da Lei nº 4.548 de 29 de dezembro de 1992; que dispõe sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **KLEBER EULÁLIO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL